



INTERCAPITOLO FIGLIE DI SAN PAOLO

São Paulo/Brasile
5-20 settembre 2023

OS CARISMAS SUAS OBRAS SEUS BENS SUA POBREZA

Prof. Luigino Bruni

OS CARISMAS, SUAS OBRAS SEUS BENS, SUA POBREZA

O presente é um daqueles períodos em que desaparece o que normalmente parece constituir uma razão de vida e, se não se quiser cair na perplexidade ou na inconsciência, tudo deve ser colocado em questão (Simone Weil).

Introdução

A crise que estamos vivendo é também devida à marginalização dos carismas da vida pública. E por uma mútua responsabilidade, seja dos carismas ou das instituições políticas, econômicas e civis. Mas quando faltam os carismas da esfera pública, com eles faltam os recursos *co-essenciais* para ver, primeiro, e resolver depois, problemas sociais essenciais e vitais para as sociedades, como as novas formas de miséria, exclusão, conflitos, isolamentos. E assim faltam as grandes inovações civis e humanas, que dependem sempre da capacidade de ver coisas invisíveis e importantes, uma capacidade que nasce do excedente antropológico típico dos lugares da gratuidade, ou seja, dos lugares habitados pelos carismas. O mercado é uma das invenções humanas mais extraordinárias que a história conheceu, porque fortaleceu e expandiu enormemente o domínio das nossas liberdades e relações; mas o mercado não consegue ser um substituto da gratuidade, mesmo que possa ser um seu aliado.

A palavra *carisma*, e a outra profundamente associada a ela, *gratuidade*, são na verdade palavras desgastadas pelo tempo e, sobretudo, pelas ideologias. Carisma e gratuidade, isto é *charis* (que é raiz de ambos: e esta raiz comum que já deveria dizer muito por si só), tornaram-se, no século XXI, palavras irrelevantes para a vida civil, para não falar da vida econômica; e sendo irrelevantes para a vida econômico-civil, correm o sério risco de se tornarem irrelevantes *tout-court*. A natureza dos carismas e da gratuidade é profundamente civil e pública e, se retiradas do seu âmbito natural e relegadas a uma esfera privada ou religiosa cada vez mais restrita, tornam-se palavras sem raízes, sem presente e sem futuro. E, portanto, de fato, *flatus vocis*.

Hoje deve ser reconhecido um papel público e civil dos carismas, civil, político e econômico, porque é do eclipse dos carismas que deriva a triste condição, civil e econômica, que caracteriza sobretudo o Ocidente que, apesar dessas duas palavras, tinha sido em grande parte gerado. E um Ocidente que perde contato com os carismas, com a sua vocação, função social e as suas palavras típicas, se perde, porque sem a *charis* a vida em comum simplesmente não funciona, não inova ou é geradora, e assim perde-se a alegria de viver, que é sempre a primeira fonte de toda ação verdadeira e fecunda, também de natureza econômica e política. E por isso é também o primeiro sinal de que o humanismo sem carismas acaba por se transformar em desumanismo.

É preciso trazer os carismas e a sua gratuidade de volta às praças, parlamentos, conselhos de administração de empresas e bancos, sindicatos, partidos políticos, assembleias de condomínios, órgãos colegiados de todas as escolas, porque esse também é o seu lugar. Porque carismas, gratuidade, *charis* expressam precisamente uma das notas mais específicas do humano: o valor das coisas em si mesmas, a dignidade altíssima das pessoas e de toda a realidade, que valem bem antes e muito mais do que serem úteis para alguma coisa. É por isso que quando essas grandes palavras saem de cena, resta apenas o cálculo utilitário, os fins se perdem e se tornam meios (e os meios se tornam, pouco a pouco, fins), o útil domina o horizonte.

Para isso, é necessário também uma reflexão do mundo religioso sobre suas obras, bens e a gestão dos bens e sobre a pobreza.

AS OBRAS DOS CARISMAS

«Projeto de recuperação do ex-convento das Clarissas para a construção de um Relais¹ com Spa²». Existem muitos canteiros de obras com sinalização semelhante, sobretudo nas áreas mais bonitas. Especialmente na Itália que ao longo dos séculos viu surgir um número extraordinário de conventos, mosteiros, igrejas, graças à grande biodiversidade carismática do País, belo pela natureza, história e poetas, tornado ainda mais belo pela criatividade espiritual e social de milhares de fundadores e fundadoras. A paisagem italiana não seria patrimônio da humanidade sem os perfis das catedrais, igrejas e claustros.

A análise secular dos dados demográficos das congregações e ordens religiosas, no entanto, diz-nos impiedosamente algo que não gostamos de ouvir: dentro de uma ou duas décadas, a grande maioria, talvez 90%, dos edifícios religiosos estarão vazios, e muitos já estão. A tendência começou há mais de meio século, mas quando percebemos que o processo estava em andamento já era tarde demais. Igrejas e edifícios vazios, vendidos ou colocados à venda é a ponta do iceberg de algo muito maior e mais importante, e negligenciado.

Em primeiro lugar, há uma questão diretamente econômica e, portanto, civil. Estes conventos e mosteiros foram construídos no passado graças a doações de famílias, heranças, intervenções dos municípios. Em sua origem eram, portanto, bens comuns, comunitários, expressão da comunidade que os utilizavam, porque aqueles religiosos e religiosas se ocupavam também dos pobres, doentes, escolas, e inventaram o nosso bem-estar. Quando hoje um convento é vendido a uma multinacional que o transforma num Spa, os usuários não são mais todos os habitantes daquela vila, mas apenas o “pagante”, e assim esse bem público passa a ser privado. Ocorre uma privatização de antigos bens comuns, uma extração privada de valor outrora público. Esta redução de valor deveria preocupar-nos, e não apenas como igreja, mas como comunidade civil.

A pergunta crucial então é: o que fazer concretamente?

Estas estruturas foram geradas pela vida, especialmente por uma vida cristã comunitária. Quase sempre surgiram das necessidades concretas dos indivíduos, das comunidades e dos pobres. A sua subutilização ou não utilização hoje assinala, antes de tudo, uma forte diminuição das necessidades que os levaram a fazer isso no passado. Nos séculos passados, os carismas nasceram de uma força intrínseca do carisma, mas também como resposta concreta aos desafios próprios dos tempos históricos. O mundo muda, mudam as formas com a qual se expressa determinada necessidade, e assim as obras dos carismas saem progressivamente de cena. Entende-se então que um primeiro trabalho, por parte das comunidades, deveria consistir em *atualizar* a pergunta carismática originária. Se, por exemplo, nasceu uma congregação para a educação de meninas pobres no início do século XIX, num contexto, portanto onde as jovens não tinham acesso à educação, o nascimento das escolas foi uma resposta que aquela comunidade encontrou para encarnar o seu carisma. Mas hoje, com escolas públicas e universais em muitos países, que resposta deve gerar essa mesma pergunta carismática? Talvez essa congregação devesse mover-se para fronteiras educacionais das meninas “pobres” de hoje (marginalidade, migrantes, dificuldades), mudando, portanto as respostas históricas para permanecer fiel às questões carismáticas; quando, por outro lado, nos apegamos às respostas que o carisma deu ontem (escolas), acabamos por esquecer as questões carismáticas: a *fidelidade* de hoje às respostas de ontem torna-se, sem querer, *infidelidade* ao carisma.

¹ Relais é um centro de bem-estar.

² O Spa é uma empresa que oferece tratamentos à base de água – térmicos (hidroterapia) e/ou marinhos (talassoterapia) – para cuidados com o corpo.

Além disso, as “casas vazias” assinalam uma crise dos mundos vitais em relação às comunidades religiosas. De fato, se ao lado das estruturas atuais existissem comunidades vivas e dinâmicas, algumas destas estruturas que estão sendo esvaziadas voltariam à vida – e nos poucos casos em que existem estas comunidades vivas, vemos estruturas antigas ressuscitando.

Além disso, há um discurso mais amplo a ser feito no mercado. Um olhar negativo e preconceituoso sobre o “mercado” que se interessa pelos edifícios religiosos não ajuda ninguém. Quando o mercado – uma empresa, um fundo, um banco... – se interessa de um imóvel, esse interesse já sinaliza algo sério. Ele diz que, pelo menos para o mercado, aquela “casa” tem valor. E este valor revelado é já um valor positivo: não será um valor espiritual, mas pelo menos é um valor econômico-financeiro e, portanto, é sempre uma questão de valor. E se uma estrutura exprime um valor, então essa estrutura é ainda viva, e se não estiver morta pode continuar a viver e gerar outro valor. O mercado frequentemente desempenha uma função análoga àquela desempenhada pelos herdeiros de um grande estudioso que vendem a sua preciosa biblioteca: esses herdeiros, não interessados nesses livros, colocando-os no mercado, os fazem reviver em novos amadores e entusiastas que os comprarão: esses livros são assim liberados das estantes-nichos, e a dispersão gera nova vida. Daí uma primeira mensagem: um imóvel vendido é preferível a um imóvel que vai pelo ralo e se torna uma ferida infectada de uma cidade ou de um território. O verdadeiro problema hoje não é a falta de valor espiritual: o drama é a ausência de qualquer valor porque essa estrutura *já não vale nada*, sob qualquer ponto de vista. É claro que nem todos os valores são iguais e nem todos os novos destinos do imóvel têm o mesmo valor em uma perspectiva carismática. Uma escola de freiras, que continua a ser escola graças a uma cooperativa social, tem um valor carismático maior do que uma antiga escola que se transforma em um centro de massagens, assim como aqueles (poucos) projetos de revalorização de um antigo convento é certamente preferível atribuindo-o a um uso público (museu, universidade, hospital, prisão...). Mas – este é o ponto – *um centro de bem-estar é melhor do que ervas daninhas e vidros quebrados!* Nestes casos, para não vender no mercado, são necessárias razões éticas muito fortes (suspeitas de ilegalidade, burlas, lavagem de capitais, imoralidade da nova atividade); em todos os outros casos também o mercado “normal” pode ser uma solução possível, e descartá-lo é apenas uma escolha irresponsável ou pelo menos imatura. Quase nunca é a melhor solução, dissemos, mas é, em todo o caso, melhor do que o abandono – escolhe-se – o discernimento é a escolha entre as opções não ótimas, mas possíveis. Não é inútil sublinhar que ao escolher o caminho do mercado, é preciso aprender a linguagem e as regras do mercado: organizar-se, fazer-se ajudar por pessoas certas (a questão dos consultores é hoje central), e ser tão cautelosos como cobras, preservando a franqueza carismática das pombas.

Finalmente, deveríamos ter a coragem de fazer um raciocínio mais radical e talvez crucial. As casas, imóveis, conventos, igrejas não são fins em si mesmos: têm um valor e um significado se e como lugares que facilitam a comunidade e a vida. Há dez mil anos nos tornamos animais sedentários e começamos a amar muito nossos abrigos e nossas casas. Mas, nunca devemos esquecer, que cada vez que uma grande novidade espiritual chegava sobre a terra – de Abraão a Cristo – tudo começava ou porque alguém deixava uma casa, um abrigo seguro, e o levava a caminhar em direção à terra do ainda-não. As casas, as estruturas, os edifícios tendem pela sua natureza a manter-nos no passado, olhando para o Egito e seus tijolos, e impedindo-nos de voltar a caminhar em direção à nova terra prometida. São Francisco, numa época povoada de muitos mosteiros e abadias, intuiu que o novo tempo começaria ao voltar a caminhar, mendigos, pela estrada, tornando-se “aqueles do caminho”. Sentiu tão fortemente o desejo do *arameu errante* que viveu com grande desconforto o nascimento dos conventos de seus frades, convidando-os até ao fim ao seguimento pobre do “filho do homem que não sabia onde reclinar a cabeça”. Por mais que gostemos deles e os amemos, porque carregam os estigmas da vida e do amor, devemos ter consciência de que os nossos edifícios são quase sempre vestígios de um cristianismo em declínio nas suas formas de culto e de vida; a mensagem do Evangelho com a sua promessa não está

diminuindo, por mais que a *christianitas*, como a imaginamos no Ocidente durante mais de um milênio, esteja a terminar.

Há necessidade de uma nova e forte capacidade de voltar a caminhar livre e pobre, e de fazer isso junto. Se alguma estrutura ajuda no caminho, deve ser aproveitada, guardada, valorizada. Basta liberar-nos das outras, para que não impeçam os novos e necessários “voos malucos”, de qualquer idade, e as pedras não se tornem donas das pessoas e dos carismas. O que verdadeiramente conta é partir com uma bagagem leve, indo ao encontro de muitos que ainda esperam, ao longo das estradas, uma mensagem de vida e de futuro. As casas mais importantes são as de amanhã, que serão muito diferentes das que construímos ontem: mais tendas móveis e menos edifícios, mais acampamentos e menos muros. Casas que depois deixaremos novamente para voltar os peregrinos do absoluto.

POBREZA

O Papa Francisco, desde o início de seu pontificado, enfatizou fortemente os aspectos do capitalismo que mata, descarta e exclui. Junto também falou coisas importantes sobre o tema do meio ambiente. *Laudato si'* é pobreza e meio ambiente juntos. Tudo isto é muito importante, porque a verdadeira novidade destes últimos anos é a impossibilidade de considerar a ética ambiental como um vínculo a respeitar, um custo a sustentar; a ética ambiental deve se transformar diretamente em economia e, se não o for *imediatamente* não o será *jamais*.

Para o Papa Francisco este capitalismo não é um sistema em equilíbrio porque consome mais recursos de quantos regenera, e a partir da crise ambiental faz uma análise do modelo econômico, considerado insustentável, e a ser completamente revisto. O que trouxe certo tipo de desenvolvimento no século XX já não funciona no século XXI porque o contexto mudou completamente. Aderir a uma economia capitalista que visa maximizar os lucros e considerar todo o resto um cenário sem vida, para ser usado e explorado, simplesmente não funciona mais. Sobre estas duas coordenadas fundamentais, o Papa constrói a sua análise, na qual se detém sobre dívida ecológica e sobre os “descartados”, outro tema que lhe interessa profundamente, porque esse capitalismo descarta os seres humanos como recursos que não consegue reutilizar.

Para termos então um quadro mais completo do capitalismo de hoje, ao lado do Papa Francisco devemos colocar outro Francisco, o pobre de Assis. O jovem Francesco era filho de mercadores burgueses quando decidiu acabar com a riqueza mercantil do pai para se dedicar inteiramente à sua nova vida. Ao alvorecer de toda vocação autêntica há sempre a fase da desposseção. Chega quando a pessoa chamada entende que deve operar um *reset* da própria existência: reiniciar e recomeçar, como se tivesse nascido naquele momento, porque está verdadeiramente renascendo. Não somente. Quando um carisma irrompe na história, surge também uma nova concepção de riqueza e pobreza. E o carisma franciscano provocou uma verdadeira revolução civil e até econômica neste sentido. Francisco, de fato, ao escolher a pobreza, provocou uma revolução cultural que está no centro do nascimento da moderna economia de mercado, que não seria como é conhecida sem a escola econômica e as obras franciscanas.

Um carisma que colocou a pobreza no seu centro, a irmã pobreza, o desapego também material dos bens como sinal de perfeição de vida, torna-se a primeira escola econômica da qual emergirá o espírito moderno da economia de mercado. Do desapego total do dinheiro surge uma nova síntese econômica. Esse ato de desapropriação foi o ato de nascimento de uma *oikonomia* diferente, de um novo governo da casa, não mais gerido pela busca de lucros. É a gênese de um reino onde a verdadeira moeda é a *charis*: a gratuidade. Porque toda revolução econômica começa por reconhecer que os bens reais não são ouro e prata, mas outros, invisíveis, mas absolutamente reais. É por isso que não foram só os franciscanos, entre os mais importantes teóricos da economia medieval, mas também de alguns franciscanos da Observância no século XV nasceram os *Monti di*

Pietà, uma instituição financeira de microfinanças sem fins lucrativos, construída para cuidar da pobreza e da usura nas cidades do centro da Itália. Da pobreza livremente assumida pelos franciscanos nasceram, portanto, instituições para libertar os pobres que não haviam optado pela pobreza, mas que a sofriam. «Enquanto houver um pobre – diziam os franciscanos – a cidade não pode ser fraterna.» Essa primeira gratuidade fez nascer uma economia e uma civilização da gratuidade que libertou e continua a libertar milhões de pessoas pobres. Só quem conhece a gratuidade pode dar vida a novas economias, porque é a gratuidade que dá o valor justo ao dinheiro, aos lucros e à vida.

Embora tenham nascidos de uma crítica radical à economia, os franciscanos desenvolveram um pensamento positivo e inclusivo da economia. São Francisco queria que seus frades trabalhassem, tendo ele próprio uma grande estima pelo trabalho; depois a história fez com que os franciscanos (frades e freiras) se distanciassem - geralmente - das profissões leigas para anunciar outra economia. Mas a escolha dos franciscanos de viver numa *altíssima pobreza*, isto é, *sem possuir nada*, permanece ainda hoje (e, sobretudo hoje) uma grande profecia para a economia porque diz pelo menos duas coisas fundamentais. A primeira: nenhuma economia (venda e compra de bens) funciona se antes da mercadoria não soubermos ver os *bens*, ou seja, aquelas realidades que têm valor não só porque têm um preço; e num mundo como o nosso, onde todos os bens se transformam em mercadorias, a *oikonomia* de Francisco é cada vez mais necessária se não quisermos acordar amanhã dentro de um supermercado que, como um Truman Show, se tornou a vida. A segunda: o princípio econômico funciona se for fundamentado no princípio da gratuidade, porque podemos vender e comprar, trocar e obter lucros, se primeiro reconhecermos uma lei de gratuidade que funda a vida de todos, se soubermos ver o valor de coisas infinitamente maior do que seu preço.

No nosso mundo continua a existir uma necessidade infinita de gratuidade, fraternidade, pobreza.

Mas o que significa hoje levar a sério “bem-aventurados os pobres”? E o que isso significa para uma comunidade carismática e para as pessoas que fizeram o “voto de pobreza”?

Há quase dois milênios o “sermão da montanha” busca resistir aos ataques daqueles que tentam reduzi-lo a coisas mais simples e de bom senso, até mesmo ridicularizá-lo. Esta luta contra a natureza simples e radical das bem-aventuranças é particularmente forte no caso da bem-aventurança dos pobres, que não por acaso é a primeira. Uma simplificação que começou muito cedo, quando o “espírito” que encontramos no Evangelho de Mateus começou a ser demasiado enfatizado (mas não em Lucas, onde a pobreza é a condição material da pobreza, que de fato se opõe à riqueza e *ais*), deixando demais em segundo plano os “pobres normais”. Assim, já a partir dos tempos dos Padres, foi escrito e dito que os “bem-aventurados” não são tanto os pobres reais, mas aqueles que experimentam o desapego espiritual da riqueza, aqueles que partilham os bens ou aqueles que os utilizam para o bem comum. Todas coisas verdadeiras e também presentes na Bíblia, mas que nos distanciaram do muito simples e terrível “bem-aventurados os pobres”. E, em vez disso, esta bem-aventurança deve *ser deixada inteiramente e somente aos pobres*: pelo menos esta é inteiramente e apenas para eles; e se os pobres possuem esta felicidade, então não são sempre e apenas pobres, porque têm pelo menos esta riqueza, que é grande. É deles, não vamos tirar isso deles com raciocínios complicados e abstratos.

Após todos esses séculos sabemos bem que não é fácil compreender e amar esta primeira bem-aventurança. Como podemos chamar bem-aventurados os pobres quando os vemos vítimas da pobreza, abusados pelos poderosos, morrendo no meio do mar, procurando comida no nosso lixo? Que felicidade eles conhecem? Como conseguimos pronunciar “bem-aventurados os pobres” enquanto estamos sentados com eles sobre os lixões de nossas cidades?

Por isto tenho muitas vezes visto que os primeiros e mais severos críticos desta primeira bem-aventurança são precisamente aqueles que passam a vida ao lado dos pobres para libertá-los da sua miséria. Os maiores amigos dos pobres muitas vezes acabam se tornando os maiores inimigos da

primeira bem-aventurança. E devemos compreendê-los e também agradecer-lhes pelo seu escândalo. E tentar impulsionar o discurso para um terreno novo e ousado.

E como podemos amar e apreciar este “bem-aventurados os pobres”? Para fazê-lo, é preciso atravessar seu terreno paradoxal e escandaloso – quantos “ricos epulões” encontraram na bem-aventurança dos pobres um alibi para deixar Lázaro *bem-aventurado* em suas condições de privação e miséria, e talvez se autodefinindo como “pobres de espírito” porque davam as migalhas aos pobres?!

O texto de Lucas nos dá algumas pistas para entrar nesse paradoxo. A primeira é belíssima: *é o Reino*: “... porque deles é o Reino dos céus”. Talvez então a diversa felicidade dos pobres resida inteiramente no fato de *já* viverem no Reino, neste reino diverso. O Reino “é” deles hoje, não “será” deles apenas amanhã no céu. A bem-aventurança dos pobres não tem necessidade do “ainda não”: basta-lhe o “já”.

Os pobres são bem-aventurados porque já são habitantes do Reino dos Céus. Entre os pobres chamados bem-aventurados estavam os descartados, os sem-teto, aqueles que tinham pouco ou nada para viver. Havia leprosos, viúvas (e quase todas as mulheres), órfãos (e quase todas as crianças), pessoas que, não por acaso, eram os principais amigos e companheiros de Jesus durante a sua vida. Grande parte dos seus discípulos que o encontraram nas estradas da Palestina, gente comum que começou a caminhar atrás dele e junto com ele. Já eram pobres ou se tornaram pobres ao encontrar outro reino, seguindo outra felicidade. Ao dizer “bem-aventurados os pobres”, e Jesus falava aos seus amigos, e fala ainda aos seus amigos: olhou-os, viu-os, e lhe nasceu a primeira bem-aventurança: «Bem-aventurados os pobres, porque deles é o reino do céu».

Os pobres só estão no Reino porque são pobres: não precisam fazer muitos esforços para entrar nele, não precisam se tornar cristãos, não precisam se tornar bons: não, eles existem porque e até quando são pobres: não reduzamos aquele «bem-aventurados os pobres porque deles é o reino dos céus». As bem-aventuranças são o involuntarismo: não se entra no Reino porque se empenha a fazer alguma coisa enquanto se é pobre, mas apenas porque se é pobre.

Ao invés disso, há séculos que dizemos que nem todos os pobres estão no Reino, mas somente aqueles bons, aqueles que amam e aqueles que vivem o Evangelho; nós podemos dizê-lo e o dizemos, mas *Jesus não disse isso, disse apenas “bem-aventurados os pobres” e basta*.

Bem-aventurado é Francisco, que escolheu a pobreza, mas é bem-aventurado também Jó, que não queria a pobreza, apenas a sofreu. Ambos são habitantes desse reino diferente, e se também nós quisermos entrar nele, só temos um caminho: tornar-nos pobres. Como? Para quem não é pobre, só existem duas grandes estradas principais: fazer-se pobres e seguir Jesus (o “jovem rico”), ou colocar a riqueza em comum (cf. At 2). Somente os pobres, por escolha ou destino, são habitantes desse reino diferente. Então, tentemos imaginar quem vive hoje no Reino dos Céus de Jesus, que já chegou: todos os descartados, os abandonados, as vítimas, os abusados, os sem direitos, os migrantes nos barcos. Se fossemos capazes de ver o mundo com os olhos do evangelho, veríamos o mundo de modo diverso, muito diferente, talvez demais para realmente entendê-lo. Deve existir algo maravilhoso naquele “bem-aventurados os pobres”. Somente aqueles que primeiro viram, depois compreenderam e enfim desejaram uma civilização diversa: a civilização do cêntuplo.

Conclusão

A pobreza hoje é uma grande profecia, sobretudo quando se torna comunhão. “Bem-aventurados os pobres”, base de todas as bem-aventuranças, continua a ser uma grande profecia. As bem-aventuranças são o canto da utopia, do não-lugar, porque não existe o lugar onde as bem-aventuranças são verdadeiramente vividas. São as páginas mais universais do Evangelho, porque os pobres, os famintos, os sedentos, os desesperados e os perseguidos não se definem pelas fronteiras do cristianismo. Claro, quando Jesus vê aqueles pobres, famintos, chorando entre os seus discípulos

– pronunciou as bem-aventuranças olhando para os seus. Mas os seus são uma amostra representativa de todos os pobres, famintos que choram na terra. É uma magna carta universal, que parte dos discípulos e chega a todos nós.

Todo o evangelho tem sido, desde o início, um grito não recolhido, e um grande inacabado, mas as bem-aventuranças são o inacabado do inacabado, o grito do grito não ouvido. Todo o Evangelho espera, depois de dois mil anos, ser levado a sério pelas comunidades e sociedades (e se foi, foi por indivíduos e pequenas comunidades por um breve tempo), mas dentro do Evangelho as bem-aventuranças são aquelas que mais esperam. Mesmo entre os cristãos, os pobres, os que choram, os que têm fome e os que são perseguidos não são chamados bem-aventurados nem o foram no passado, na verdade, todos os dias humilhados e descartados, às vezes pelos próprios cristãos não pobres que depois talvez façam doações a alguma ONG para cuidar deles.

Por causa desta desatualização, as bem-aventuranças estão diante de nós como grande manifesto social, econômico e político do Evangelho, que é verdadeiro porque não é realizado, que é a terra prometida porque ainda não a alcançamos. Eles estão lá, guardados no coração do Evangelho, para lembrar-nos a terra do ainda não, uma terra diferente e distante que há dois mil anos julga a nossa terra do já, e sempre a julgará para chamá-la ao não ainda. As bem-aventuranças são o *Shabat* do Evangelho, o seu sétimo dia diferente, para o qual todos os outros tendem profeticamente – e no último *Shabat* ouviremos novamente ressoar na terra: “bem-aventurados os pobres”, e aqueles que conseguiram se manter pobres até o fim, ouvirão serem chamados por este nome.

Os carismas continuam hoje a desempenhar a mesma função dos profetas bíblicos. E por isso continuam a apontar para uma terra prometida, a liberação dos escravos, o alvorecer de uma sociedade de gratuidade possível. Mas o discurso dos carismas, no nosso tempo, está demasiado confinado aos limites do “religioso” ou do “espiritual”, e por isso esquecemos que o primeiro dom dos carismas foi e é um dom civil, é uma contribuição essencial para a cidade mais bela de todas. Busquemos, então, juntos, a civilização do cêntuplo, a terra do ainda não.

Os carismas chegam ao mundo para o bem de todos, mesmo daqueles que não os veem ou os desprezam. Mas eles vêm acima de tudo para os pobres. Se não houvesse carismas, os pobres não seriam vistos, amados, cuidados, salvos, estimados: «Hoje a salvação chega à nossa comunidade: uma família com cinco filhos, todos deficientes» (Dom Lorenzo Milani). É o olhar diferente dos carismas que dá esperança, alegria aos pobres e, muitas vezes, os ressuscita. E é o olhar dos pobres que torna vivo o carisma, não o faz morrer ou se tornar uma simples instituição.

Prof. Luigino Bruni



Luigino Bruni (Ascoli Piceno, 1966) economista e historiador do pensamento econômico com um perfil de particular interesse pela economia civil, social e de comunhão, e de interesse crescente em ética, estudos bíblicos, literatura. Na Universidade Lumsa de Roma é Ordinário Titular em Economia Política e Diretor do Doutorado em Ciências da Economia Civil. É coordenador do projeto *Economia de Comunhão*, Consultor do Dicastério para os Leigos, Diretor Científico do *The Economy of Francesco*, promotor e cofundador da SEC (Escola de Economia Civil) de Figline e Incisa Valdarno. Colunista do *Avvenire* e editor-chefe da *International Review of Economics*, conferencista e autor de inúmeros livros e artigos. Publicou com Paoline Editoriale Libri de Milão o *Evangelho segundo Marcos* (2022).